

Bom Jesus da Lapa Solar S.A.
CNPJ Nº 23.266.854/0001-10

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)						Demonstrações de resultados							
Ativo			Passivo			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				
Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	7	49.728	54.955	Fornecedores	14	1.385	2.823	Receita líquida de venda de energia	17	44.280	61.520		
Contas a receber de clientes	8	6.306	6.009	Provisões	15	15.740	2.135	Custo da geração de energia	18	(32.139)	(30.344)		
Despesas antecipadas		187	235	Financiamentos		10.947	5.667	Lucro bruto		12.141	31.176		
Adiantamento a fornecedores		2.593	850	Obrigações sociais e trabalhistas		176	236	Despesas gerais e administrativas	18	(1.946)	(1.873)		
Tributos e contribuições a compensar		4.563	1.297	Obrigações fiscais		996	437	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(616)	50		
Outros ativos		1.858	1.858	Imposto de renda e contribuição social a pagar		807	780	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		9.578	29.353		
Total do ativo circulante		65.235	65.204	Contas a pagar à partes relacionadas	9	247	214	Despesas financeiras	19	(5.529)	(5.833)		
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.794	8.796	Passivo de arrendamento mercantil	13	44	47	Receitas financeiras	19	8.116	14.061		
Imobilizado	11	303.016	301.682	Dividendos a pagar	9	1.098	7.274	Receitas (despesas) financeiras líquidas		2.587	8.228		
Intangível	12	3.060	3.356	Provisões	14	15.016	8.922	Resultado antes dos impostos		12.165	37.581		
Ativo de direito de uso	13	1.471	1.559	Financiamentos	15	54.131	57.191	Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(5.719)	(6.948)		
Total do ativo não circulante		317.342	315.392	Passivo de arrendamento mercantil	13	1.786	1.829	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(1.821)	(8)		
				Tributos diferidos		2.588	402	Lucro líquido do exercício		4.625	30.625		
Total do ativo		382.577	380.597	Total do passivo não circulante		73.521	68.344	Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0177	0,1172		
				Capital social		264.244	264.244	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
				Reserva legal		6.806	6.574	Demonstrações de resultados abrangentes					
				Reserva de lucros		3.295	21.821	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
				Reserva de incentivos fiscais		3.271	-	Lucro líquido do exercício		4.625	30.625		
				Total do patrimônio líquido	16	277.616	292.639	Outros resultados abrangentes		-	-		
				Total do passivo e patrimônio líquido		382.577	380.597	Resultado abrangente total		4.625	30.625		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)						Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto						
Saldos em 31 de dezembro de 2023			Saldos em 31 de dezembro de 2024			Saldos em 31 de dezembro de 2025			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			
Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
	389.588	5.043	16.750	-	-	411.381		4.625	30.625		4.625	30.625
Redução de capital	16.a	(125.344)	-	-	-	(125.344)	Depreciação e amortização	11	16.099	15.770		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.625	30.625	Despesas com juros	15	5.215	5.419		
Constituição de reserva legal	16.b	-	1.531	-	(1.531)	-	Amortização de custos de transação	15	58	58		
Dividendos	16.c	-	-	(16.750)	(7.274)	(24.023)	Juros de arrendamentos	13	158	162		
Constituição de reserva de lucros	16.d	-	-	21.821	(21.821)	-	Provisão ressarcimento de energia	14	23.558	6.110		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	264.244	6.574	21.821	-	-	292.639	Imposto de renda e contribuição social correntes	20	5.719	6.948		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.625	4.625	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.821	8		
Constituição de reserva legal	16.b	-	231	-	(231)	-	Varições em:					
Dividendos	16.c	-	-	(21.821)	(1.098)	(22.919)	Contas a receber de clientes		(297)	(259)		
Constituição de reserva de lucros	16.d	-	-	3.295	(3.295)	-	Despesas antecipadas		47	(30)		
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	3.271	3.271	Adiantamentos a fornecedores		(1.743)	82		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	264.244	6.805	3.295	3.271	-	277.616	Tributos e contribuições a compensar		(3.266)	(1.279)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Bom Jesus da Lapa Solar S.A. ("Bom Jesus da Lapa" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Bom Jesus da Lapa I e II, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Bom Jesus da Lapa foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 29 de junho de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 30 de junho de 2017 com a produção anual estimada de 16,8 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Bom Jesus da Lapa	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	242/243	02/03/2016	16,8	16,8	16,8

2. Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado); Nota explicativa 14 - Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).**

5. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das políticas contábeis materiais
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWm mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWm durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 14 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos: (i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real"): As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas

de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido")** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real"):** Em 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido"):** Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado:** **(i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é

subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, o CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **g. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento:** Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **h. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contábil a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI: A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor recuperável de ativos ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que refita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas

somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	29	24
Aplicações financeiras (i)	49.699	54.931
	49.728	54.955

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	6.306	6.009
	6.306	6.009

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	247	214
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	1.098	7.274
	1.345	7.488

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	9.794	8.796
	9.794	8.796

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 15). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido		
Móveis e utensílios	71	(35)	36	40		
Equipamentos de informática	522	(70)	451	31		
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.869	(20.321)	59.548	61.750		
Sistema de geração	319.873	(92.477)	227.396	239.861		
Imobilizado em andamento	15.585	-	15.585	-		
	415.920	(112.903)	303.016	301.682		

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71
Equipamentos de informática	42	480	-	-	522
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.718	151	-	-	79.869
Sistema de geração	319.039	834	-	-	319.873
Imobilizado em andamento	-	15.585	-	-	15.585
	398.870	17.050	-	-	415.920
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71
Equipamentos de informática	42	-	-	-	42
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.718	-	-	-	79.718
Sistema de geração	316.708	2.331	-	-	319.039
Peças de manutenção	728	-	(728)	-	-
	397.267	2.331	(728)	-	398.870

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2025
Móveis e utensílios	(31)	(4)	-	-	(35)
Equipamentos de informática	(11)	(60)	-	-	(70)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(17.969)	(2.353)	-	-	(20.321)
Sistema de geração	(79.178)	(13.299)	-	-	(92.477)
	(97.188)	(15.716)	-	-	(112.903)
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Móveis e utensílios	(26)	(4)	-	-	(31)
Equipamentos de informática	(2)	(8)	-	-	(11)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(15.610)	(2.359)	-	-	(17.969)
Sistema de geração	(65.880)	(13.299)	-	-	(79.178)
	(81.518)	(15.670)	-	-	(97.188)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lapa, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,22% a.a. (9,47% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2024			2025		
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido		
Em curso	3.356	-	(296)	3.060		
Concessão - cessão de direito de uso	3.356	-	(296)	3.060		
	2023			2024		
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido		
Em curso	3.368	-	(11)	3.356		
Concessão - cessão de direito de uso	3.368	-	(11)	3.356		

13. Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

	Taxa média de amortização anual	Saldo em 2024		Saldo em 2025	
		Amortização	em 2025	Amortização	em 2025
Terras e terrenos	9%	1.559	(87)	1.471	
		1.559	(87)	1.471	

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2024	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2025
Terras e terrenos	1.876	(205)	158	1.829
	1.876	(205)	158	1.829

14. Provisões

(i) Provisão para ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrierais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrierais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x		Resultados
	Montante Contratado	Resultados	
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE	
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal	
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal	
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual	

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	2025	2024
Constituição	4.734		
Baixa	6.110		
	(2.305)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.539		
Constituição	23.558		
Baixa	(3.858)		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.238		
		2025	2024
Passivo			
Provisão para ressarcimento curto prazo	15.740	2.135	
Provisão para ressarcimento longo prazo	12.498	6.404	
	28.238	8.539	

(ii) Provisão para desmantelamento: Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela utilização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão está estimada em R\$ 2.518 (R\$ 2.518 em 2024). **(iii) Provisão para contingências:** Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 10 em 2025 (R\$ 10 em 2024).

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

15. Financiamentos	Indexador e taxas	Vencimento	2025	2024
Operações (moeda nacional)	anuais de juros	final		
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	61.012	63.474
ICBC (b)	2,70% (taxa fixa)	28/09/2026	4.625	-
Custo com captação			(559)	(616)
			65.078	62.858
Passivo circulante			10.947	5.667
Passivo não circulante			54.131	57.191
(a) Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 95.790, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 11 de junho de 2025 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Empresa (emitente) e o ICBC (credor) no valor de RMB 6.571, com vencimento final para setembro de 2026. A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:				
2026			10.947	
2027 a 2029			11.020	
2030 a 2032			16.412	
2033 a 2035			26.699	
Total			65.078	62.858
15.1. Movimentação			2025	2024
Saldo inicial			62.858	64.923
Captação			4.401	-
Pagamento de juros			(5.354)	(5.538)
Pagamento de principal			(2.324)	(2.003)
Despesas com juros			5.215	5.419
Juros capitalizados e variações monetárias			224	-
Custos de captação amortizados			58	58
Saldo final			65.078	62.858
Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. 15.2. Covenants: A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. 15.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referidas às Cláusulas Restritivas do referido contrato. 15.3. Outras garantias: As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.				
16. Patrimônio líquido				
a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 264.244, dividido em 261.260.691 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:				
Acionista			2025	2024
CGN Brasil Energia e Participações S.A.			264.244	264.244
Em 05 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 125.344, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. Controladora e controlador final: O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.				
Lucro líquido do exercício			2025	2024
Constituição de reserva legal - 5%			4.625	30.625
			231	1.531
c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.				
Lucro líquido do exercício			2025	2024
Apropriação à reserva legal (5%)			4.625	30.625
			(231)	(1.531)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)			4.394	29.094
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)			(1.098)	(7.274)
Lucros retidos			3.295	21.821
(i) Em 17 de abril de 2025 e 10 de abril de 2024 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.				
d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.				
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias			2025	2024
(básico e diluído)			4.625	30.625
Ações ordinárias (básico e diluído)			261.261	261.261
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)			0,0177	0,1172
17. Receita líquida de venda de energia			2025	2024
Receita bruta de venda de energia			75.124	70.236
Ressarcimento de energia (1)			(23.558)	(6.110)
(-) PIS / COFINS			(7.286)	(2.606)
			44.280	61.520
(1) Vide nota explicativa 14(i).				
18. Gastos por natureza			2025	2024
Custo da geração de energia			(32.139)	(30.344)
Despesas gerais e administrativas			(1.946)	(1.873)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			(616)	50
			(34.701)	(32.167)
Encargos de transmissão e conexão			(3.315)	(4.078)
Compra de energia			(2.642)	(2.778)
Liquidação financeira negativa - CCEE			(182)	(118)
Despesa com pessoal			(2.354)	(2.088)
Serviços de terceiros			(1.094)	(2.650)
Depreciação			(16.099)	(15.770)
Arrendamento			(47)	(61)
Manutenção			(6.258)	(3.158)
Aluguel			(311)	(299)
Materiais			(984)	(509)
Outras despesas administrativas			(700)	(662)
Viagens e estadias			(98)	(55)
Outros			(616)	43
			(34.701)	(32.167)
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras				
Aos Administradores e Acionistas da Bom Jesus da Lapa Solar S. A.				
São Paulo - SP				
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Bom Jesus da Lapa Solar S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bom Jesus da Lapa Solar S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas				

19. Resultado financeiro	2025	2024
Despesas bancárias	(3)	(3)
IOF	(24)	(184)
Juros de financiamentos	(5.215)	(5.419)
Amortização do custo de captação	(58)	(58)
Juros e multas de mora	(1)	(1)
Custo de estruturação da dívida	(5)	(4)
Outras despesas financeiras	(223)	(164)
Total das despesas financeiras	(5.529)	(5.833)
Receita de aplicação financeira	8.078	14.045
Outras receitas financeiras	38	16
Total das receitas financeiras	8.116	14.061
Resultado financeiro	2.587	8.228
20. Imposto de renda e contribuição social		
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:		
Regime de tributação pelo lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	12.165	12.165
(+) Adições	4.726	4.726
(-) Exclusões	-	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	16.891	16.891
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	4.054	4.054
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.665	1.665
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.719	5.719
Taxa efetiva	33,86%	33,86%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	1.821	1.821
Regime de tributação pelo lucro presumido		
Receita com venda de energia (*)	71.136	71.136
Outras receitas	14.061	14.061
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	19.752	19.752
Base de cálculo CSLL 12% (*)	22.598	22.598
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	4.997	4.997
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.951	1.951
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.948	6.948
Taxa efetiva	16,41%	16,41%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	8	8
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.		
21. Instrumentos financeiros		
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.		
	2025	2024
	Valor contábil	Valor contábil
	Custo	Custo
	amortizado (*)	amortizado (*)
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros Circulante		
Caixa e bancos	29	24
Aplicações financeiras	- 49.699	- 54.931
Contas a receber de clientes	6.306	6.009
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	- 9.794	- 8.796
Passivos financeiros Circulante		
Fornecedores	1.385	2.823
Financiamentos (nota 15)	10.947	5.667
Partes relacionadas (nota 9)	1.345	7.488
Não circulante		
Financiamentos (nota 15)	54.131	57.191
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.		
Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão		
Dretoria		
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha		Peng Shen
Diretora		Diretor
Raffael Ubarana Mohamed		Contador CRC RJ - 077398/O
profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada		

ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

22. Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	49.699	54.931
Aplicações financeiras vinculadas	9.794	8.796
Contas a receber de clientes	6.306	6.009

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	65.078	62.858
Fornecedores	1.385	2.823

(iv) Risco de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025		2024	
	Valor exposto	Risco	Valor exposto	Risco
Aplicações financeiras	59.493	Redução do CDI (*)	6.648	4.432

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

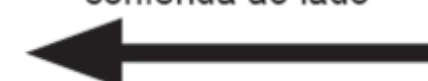
	2024		2025	
	Valor exposto	Risco	Valor exposto	Risco
Aplicações financeiras	63.726	Redução do CDI (*)	5.807	3.871

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

Curitiba, 31 de março de 2026.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Cristalândia I Eólica S.A.
CNPJ Nº 22.499.471/0001-29

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.815	19.885	Lucro líquido do exercício		13.576	12.036
Contas a receber de clientes	8	4.243	3.628	Ajustes para:			
Provisões	13	9.530	-	Depreciação e amortização	10	8.392	8.197
Despesas antecipadas		79	97	Juros de arrendamentos	12	267	274
Adiantamentos a fornecedores		701	2.144	Provisão ressarcimento de energia	13	(4.935)	876
Tributos e contribuições a compensar		1.068	1.042	Imposto de renda e contribuição social correntes	18	2.344	3.613
Outros ativos		719	714	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	59	3
Total do ativo circulante		29.154	27.511	Varições em:		19.704	24.999
Depósitos judiciais		8	2.229	Contas a receber de clientes		(614)	359
Imobilizado	10	157.064	156.496	Despesas antecipadas		19	(12)
Intangível	11	1.488	1.626	Adiantamentos a fornecedores		1.443	(1.619)
Ativo de direito de uso	12	2.506	2.654	Tributos e contribuições a compensar		(26)	(406)
Total do ativo não circulante		161.066	163.006	Outros ativos		2.222	(4)
Total do ativo		190.220	190.517	Depósitos judiciais		9	13
				Partes relacionadas		(2.393)	1.035
				Fornecedores		13	(4.907)
				Provisões		(23)	(22)
				Obrigações sociais e trabalhistas		-	10
				Adiantamento de clientes		-	(1)
				Provisão para contingências		(535)	(988)
				Obrigações fiscais		15	3
				Tributos diferidos		14.913	21.274
				Caixa proveniente das atividades operacionais		14.913	21.274
				Impostos pagos sobre o lucro		(1.526)	(3.668)
				Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.387	17.606
				Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
				Aquisição de imobilizado	10	(8.673)	(2.056)
				Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(8.673)	(2.056)
				Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
				Arrendamentos		(350)	(350)
				Redução de capital	14	-	(81.260)
				Dividendos pagos	9	(11.434)	(14.144)
				Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(11.784)	(95.754)
				Redução de caixa e equivalentes de caixa		(7.070)	(80.204)
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.885	100.089
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		12.815	19.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	37.108	30.732
Custo da geração de energia	16	(19.844)	(21.338)
Lucro operacional bruto		17.265	9.393
Despesas gerais e administrativas	16	(847)	(822)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(2.374)	(329)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		14.045	8.243
Despesas financeiras	17	(353)	(322)
Receitas financeiras	17	2.288	7.731
Receitas (despesas) financeiras líquidas		1.935	7.409
Resultado antes dos impostos		15.980	15.652
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.344)	(3.613)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(59)	(3)
Lucro líquido do exercício		13.576	12.036
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1062	0,0942

Demonstrações de resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		13.576	12.036
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		13.576	12.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		245.804	4.238	10.608	260.649
Redução de capital	14	(81.260)	-	-	(81.260)
Lucro líquido do exercício		-	-	12.036	12.036
Constituição de reserva legal	14	-	602	(602)	-
Dividendos	14	-	(10.608)	(2.858)	(13.466)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	8.575	(8.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		164.544	4.840	8.575	177.959
Lucro líquido do exercício		-	-	13.576	13.576
Constituição de reserva legal	14	-	679	(679)	-
Dividendos	14	-	(8.575)	(3.224)	(11.800)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	9.673	(9.673)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		164.544	5.518	9.673	179.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de fornecimento de energia em 15 de setembro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 9,9 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Cristalândia I	30	LFA 2015	VESTAS - V110 2.0 MW	441

2. Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 10** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado); **Nota explicativa 13** - Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados no CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;

	Início da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWm]
16/09/2015	16/09/2050	9,9	14,1	14,1

(iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI: A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Valor recuperável de ativos ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações

atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **I. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	847	550
Aplicações financeiras (i)	11.968	19.335
	12.815	19.885

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	4.243	3.628
	4.243	3.628

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante

	2025	2024
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	93	81
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	3.224	2.858
	3.317	2.939

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	Custo	Saldo acumulado	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	20	(5)	15	10
Veículos	154	(141)	13	17
Equipamentos de informática	82	(66)	16	22
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	(264)	899	935
Sistema de geração	201.013	(63.286)	137.727	136.144
Sistemas de transmissão e conexão	27.120	(8.747)	18.373	19.368
Imobilizado em andamento	22	-	22	-
	229.573	(72.509)	157.064	156.496

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	14	6	-	-	20
Veículos	154	-	-	-	154
Equipamentos de informática	82	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	-	-	-	1.163
Sistema de geração	192.451	8.562	-	-	201.013
Sistemas de transmissão e conexão	27.036	84	-	-	27.120
Imobilizado em andamento	-	22	-	-	22
	220.900	8.673	-	-	229.573

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	14	-	-	-	14
Veículos	136	18	-	-	154
Equipamentos de informática	82	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.163	-	-	-	1.163
Sistema de geração	190.463	1.988	-	-	192.451
Sistemas de transmissão e conexão	26.985	51	-	-	27.036
	218.844	2.057	-	-	220.900

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(4)	(1)	-	-	(5)
Veículos	(137)	(4)	-	-	(141)
Equipamentos de informática	(60)	(6)	-	-	(66)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(228)	(36)	-	-	(264)
Sistema de geração	(56.307)	(6.979)	-	-	(63.286)
Sistemas de transmissão e conexão	(7.668)	(1.079)	-	-	(8.747)
	(64.404)	(8.105)	-	-	(72.509)

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(3)	(1)	-	-	(4)
Veículos	(136)	(1)	-	-	(137)
Equipamentos de informática	(54)	(6)	-	-	(60)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(192)	(36)	-	-	(228)
Sistema de geração	(49.391)	(6.916)	-	-	(56.307)
Sistemas de transmissão e conexão	(6.586)	(1.082)	-	-	(7.668)
	(56.362)	(8.042)	-	-	(64.404)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Cristalândia, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,90% (9,57% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

11. Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2024			2025		
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido	Adição	Amortização
Em curso						
Concessão - cessão de direito de uso	1.626	-	(139)	1.488	-	(139)
	1.626	-	-	1.488	-	-
	2023			2024		
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido	Adição	Amortização
Em curso						
Concessão - cessão de direito de uso	1.632	-	(5)	1.626	-	(5)
	1.632	-	-	1.626	-	-

12. Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

	Taxa média de amortização anual			Saldo em 2025		
	Saldo em 2024	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2025	Liquidações	Juros incorridos
Terras e terrenos	3.178	(350)	267	2.506	(148)	2.506
	3.178	(350)	267	2.506	(148)	2.506

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2024	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2025
terras e terrenos	3.178	(350)	267	3.095
	3.178	(350)	267	3.095

13. Provisões

(i) **Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrantal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriênis de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriênis comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Canários	Geração x		Resultados
	Montante Contratado	Resultados	
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE	
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrantal	
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrantal	
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual	

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrantal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrantal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		389
Constituição		876
Baixa		(953)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		312
Reversão		(4.935)
Baixa		(4.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(9.530)
	2025	2024
Ativo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	9.530	-
Passivo		
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	312
	-	312

(ii) **Provisão para desmantelamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão está estimada em R\$ 1.163 (R\$ 1.163 em 2024).

(iii) **Provisão para contingências:** Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 130 em 2025 (R\$ 0 em 2024).

14. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 164.544, dividido em 127.814.997 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionista		
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	164.544	164.544

Em 05 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 81.260, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. **Controladora e controlador final:** O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.576	12.036
Constituição de reserva legal - 5%	679	602

c. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.576	12.036
Apropriação à reserva legal (5%)	(679)	(602)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.224)	(2.858)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(8.575)	(10.608)
Lucros retidos	9.673	8.575

(i) Em 17 de abril de 2025 e 10 de abril de 2024 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores. **d. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído:** Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	13.576	12.036
Ações ordinárias (básico e diluído)	127.815	127.815
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,1062	0,0942

15. Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	33.392	32.805
Ressarcimento de energia (1)	4.935	(876)
(-) PIS / COFINS	(1.219)	(1.197)
	37.108	30.732

(1) Vide nota explicativa 13(i).

16. Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(19.844)	(21.338)
Despesas gerais e administrativas	(847)	(822)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.374)	(329)
	(23.064)	(22.489)
Encargos de transmissão e conexão	(1.491)	(1.434)
Compra de energia	(746)	(332)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.454)	(1.226)
Despesa com pessoal	(939)	(1.227)
Serviços de terceiros	(2.900)	(638)
Depreciação	(8.392)	(8.197)
Arrendamento	(111)	(92)
Manutenção	(1.004)	(6.104)
Aluguel	(367)	(182)
Materiais	(2.847)	(2.275)
Outras despesas administrativas	(339)	(333)
Viagens e estadias	(90)	(83)
Outros	(2.386)	(366)
	(23.064)	(22.489)

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(3)	(3)
IOF	(19)	(22)
Juros e multas de mora	(1)	(2)
Custo de estruturação da dívida	(2)	(3)
Outras despesas financeiras	(328)	(292)
Total das despesas financeiras	(353)	(322)
Juros recebidos	6	3
Receita de aplicação financeira	2.274	7.723
Outras receitas financeiras	8	5
Total das receitas financeiras	2.288	7.731
Resultado financeiro	1.935	7.409

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita com venda de energia (*)	32.987	32.699
Outras receitas	3.977	7.731
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	6.616	10.352
Base de cálculo CSLL 12% (*)	7.935	11.660
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.706	2.602
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	638	1.011
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.344	3.613
Taxa efetiva	16,11%	16,42%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	59	3

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos		847		550
Aplicações financeiras		- 11.968		- 19.335
Contas a receber de clientes	4.243	-	3.628	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores		337		2.730
Partes relacionadas (nota 9)		3.317		2.939

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado

que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	11.968	19.335
Contas a receber de clientes	4.243	3.628

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.

	Valor contábil	
	2025	2024
Fornecedores	337	2.730

(iv) **Risco de mercado:** Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025		2024	
	Valor exposto	Risco	Valor exposto	Risco
Ativo				
Aplicações financeiras	11.968	Redução do CDI (*)	19.335	Redução do CDI (*)
		1.337		892

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

	2025		2024	
	Valor exposto	Risco	Valor exposto	Risco
Passivo				
Aplicações financeiras	19.335	Redução do CDI (*)	1.762	1.175

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

Diretoria			
	Nome	Função	Contato
	Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha	Diretora	
	Rui Zhu	Diretor	
	Raffael Ubarana Mohamed	Contador CRC RJ - 077398/O	

Aos Administradores e Acionistas da Cristalândia I Eólica S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia I Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia I Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos

controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Almir Eduardo Bertoneiro
Contador CRC PR-052082/O



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Cristalândia II Eólica S.A.
CNPJ Nº 23.049.225/0003-08

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	81.257	69.892			
Contas a receber de clientes	8	7.428	7.427			
Provisões	13	18.025	-			
Despesas antecipadas		154	214			
Adiantamentos a fornecedores		1.321	1.063			
Tributos e contribuições a compensar		3.796	1.415			
Outros ativos		475	475			
Total do ativo circulante		112.455	80.484			
Tributos e contribuições a compensar		1.217	1.217			
Depósitos judiciais		124	124			
Imobilizado	10	325.304	341.347			
Intangível	11	2.976	3.200			
Ativo de direito de uso	12	4.646	4.905			
Total do ativo não circulante		334.268	350.793			
Total do ativo		446.722	431.277			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		547.808	9.745	24.168	-	-	581.721
Redução de capital	14	(170.196)	-	-	-	-	(170.196)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.110	28.110
Constituição de reserva legal	14	-	1.406	-	-	(1.406)	-
Dividendos	14	-	-	(24.168)	-	(6.676)	(30.844)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	20.028	-	(20.028)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		377.612	11.150	20.028	-	-	408.790
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.955	25.955
Constituição de reserva legal	14	-	1.298	-	-	(1.298)	-
Dividendos	14	-	-	(20.028)	-	(6.164)	(26.193)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	18.493	-	(18.493)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	8.260	-	8.260
Saldos em 31 de dezembro de 2025		377.612	12.448	18.493	8.260	-	416.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Cristalândia II Eólica S.A. ("Cristalândia II" ou Companhia), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 29 de abril de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da Parque Eólico Cristalândia II e III, na cidade de Brumado e Dom Basílio - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção

independente de energia. A Cristalândia II foi vencedora do Leilão de Energia LFA 02/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 20 de outubro de 2015 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 19,8 MWm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da		Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWm]
					Outorga	Fim da Outorga			
Cristalândia II	60	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	493/494	21/10/2015	21/10/2050	19,8	29,1	29,1

2. Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 10 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);** • **Nota explicativa 13 - Provisão para ressarcimento e desmantelamento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).**

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia

física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. **c. Impostos: (i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido")** - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real")** - Em 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")** - Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Sistema de geração	2%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o

Demonstrações de resultados

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	73.597	64.099
Custo da geração de energia	16	(34.357)	(36.202)
Lucro bruto	16	39.240	27.896
Despesas gerais e administrativas		(1.508)	(1.562)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(698)	(28)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		37.034	26.307
Despesas financeiras	17	(506)	(1.448)
Receitas financeiras	17	10.117	8.128
Receitas (despesas) financeiras líquidas		9.611	6.680
Resultado antes dos impostos		46.645	32.987
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(11.305)	(4.869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(9.384)	(8)
Lucro líquido do exercício		25.955	28.110
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0919	0,0995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	25.955	28.110
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	25.955	28.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		25.955	28.110
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10	17.791	17.871
Juros de arrendamentos	12	494	505
Provisão ressarcimento de energia	13	(9.773)	2.410
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	11.305	4.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	9.384	8
Variações em:		55.156	53.772

Contas a receber de clientes	(1)	605	
Despesas antecipadas	60	(27)	
Adiantamentos a fornecedores	(258)	-	
Tributos e contribuições a compensar	(2.382)	(1.410)	
Partes relacionadas	9	25	
Fornecedores	(1.308)	948	
Provisões	13	(9.744)	
Obrigações sociais e trabalhistas	(45)	(45)	
Provisão para contingências	-	(2)	
Obrigações fiscais	1.328	(1.335)	
Tributos diferidos	431	10	
Caixa proveniente das atividades operacionais		43.262	48.682
Impostos pagos sobre o lucro	(3.297)	(3.721)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		39.964	44.961

Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	10	(1.265)	(1.678)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.265)	(1.678)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos	(629)	(629)	
Redução de capital	14	-	(170.196)
Dividendos pagos	9	(26.705)	(32.224)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(27.334)	(203.049)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		11.365	(159.766)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.892	229.658
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		81.257	69.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06 (R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **g. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento:** Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **h. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento	A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.
Mantido para recebimento e venda	A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.
Mantido para negociação	A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI: A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Valor recuperável de ativos ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos

de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	2.444	1.033
Aplicações financeiras (i)	78.813	68.859
	81.257	69.892

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	7.428	7.427
	7.428	7.427

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante

	2025	2024
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	186	161
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	6.164	6.676
	6.350	6.837

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido à suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	36	(18)	18	25
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.353	(273)	1.080	1.120
Sistema de geração	432.069	(125.952)	306.117	321.068
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	(7.523)	18.067	19.134
Imobilizado em andamento	22	-	22	-
	459.070	(133.766)	325.304	341.347

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	2	-	-	-	2
Equipamentos de informática	36	-	-	-	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.353	-	-	-	1.353
Sistema de geração	430.826	1.243	-	-	432.069
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	-	-	-	25.589
Imobilizado	-	22	-	-	22
	457.805	1.265	-	-	459.070

	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	36	-	-	-	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.340	14	-	-	1.353
Sistema de geração	429.162	1.664	-	-	430.826
Sistemas de transmissão e conexão	25.589	-	-	-	25.589
	456.127	1.678	-	-	457.805

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(11)	(7)	-	-	(18)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(233)	(40)	-	-	(273)
Sistema de geração	(109.758)	(16.194)	-	-	(125.952)
Sistemas de transmissão e conexão	(6.455)	(1.067)	-	-	(7.523)
	(116.458)	(17.308)	-	-	(133.766)

	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(4)	(7)	-	-	(11)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(193)	(40)	-	-	(233)
Sistema de geração	(93.300)	(16.459)	-	-	(109.758)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.384)	(1.071)	-	-	(6.455)
	(98.881)	(17.577)	-	-	(116.458)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Cristalândia, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,90% a.a. (9,57% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

11. Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2024		2025
	Valor líquido	Adição	Valor líquido
Em curso			
Concessão - cessão de direito de uso	3.200	-	(224)
	3.200	-	(224)
	2023		2024
	Valor líquido	Adição	Valor líquido
Em curso			
Concessão - cessão de direito de uso	3.231	-	(32)
	3.231	-	(32)

12. Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

	Direito de uso sobre contratos de arrendamento			
	Taxa média de amortização anual	Saldo em 2024	Amortização	Saldo em 2025
Terras e terrenos		4.905	(259)	4.646
		4.905	(259)	4.646

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2024	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2025
Terras e terrenos	5.863	(629)	494	5.728
	5.863	(629)	494	5.728

13. Provisões

(i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

	Geração x	Resultados
Cenários	Montante Contratado	
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.746
Constituição	2.410
Baixa	(3.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.492
Reversão	(9.773)
Baixa	(9.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(18.025)

	2025	2024
Ativo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	18.025	-
	18.025	-
Passivo		
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	1.492
	-	1.492

(ii) **Provisão para desmantelamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão está estimada em R\$ 1.163 (R\$ 1.163 em 2024). (iii) **Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 377.612, dividido em 282.559.742 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionista		
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	377.612	377.612

Em 11 de janeiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 170.196, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. **Controladora e controlador final:** O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	25.955	28.110
Constituição de reserva legal - 5%	1.298	1.406

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	25.955	28.110
Apropriação à reserva legal (5%)	(1.298)	(1.406)
	24.657	27.704
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(6.164)	(6.676)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(20.028)	(24.168)
Lucros retidos	18.493	20.028

(i) Em 17 de abril de 2025 e 10 de abril de 2024 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	25.955	28.110
Ações ordinárias (básico e diluído)	282.560	282.560
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0919	0,0995

15. Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	70.761	69.027
Ressarcimento de energia (1)	9.773	(2.410)
(-) PIS / COFINS	(6.937)	(2.518)
	73.597	64.099

(1) Vide nota explicativa 13(i).

16. Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(34.357)	(36.202)
Despesas gerais e administrativas	(1.508)	(1.562)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(698)	(28)
	(36.564)	(37.792)
Encargos de transmissão e conexão	(3.415)	(3.290)
Compra de energia	(4.126)	(649)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(4.001)	(1.707)
Despesa com pessoal	(1.760)	(1.558)
Serviços de terceiros	(3.999)	(1.271)
Depreciação	(17.791)	(17.871)
Arrendamento	(239)	(201)
Manutenção	749	(9.702)
Aluguel	(15)	(11)
Materiais	(687)	(801)
Outras despesas administrativas	(509)	(596)
Viagens e estadias	(42)	(36)
Outros	(729)	(99)
	(36.564)	(37.792)

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	12	(608)
Juros e multas de mora	(7)	(325)
Custo de estruturação da dívida	(4)	(5)
Outras despesas financeiras	(503)	(505)
Total das despesas financeiras	(506)	(1.448)
Juros recebidos	12	-
Receita de aplicação financeira	10.100	8.128
Outras receitas financeiras	5	-
Total das receitas financeiras	10.117	8.128
Resultado financeiro	9.611	6.680

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro real

	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	46.645	-
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(13.325)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	33.320	-
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	7.997	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	3.308	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.305	-
Taxa efetiva	33,93%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	9.384	-
Regime de tributação pelo lucro presumido		

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita com venda de energia (*)	68.622	68.622
Outras receitas	8.128	8.128
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	13.663	13.663
Base de cálculo CSLL 12% (*)	16.408	16.408
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	3.526	3.526
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.342	1.342
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.869	4.869
Taxa efetiva	16,19%	16,19%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	8	8

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	2025	2024	2025	2024
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	2.444	-	1.033	-
Aplicações financeiras	-	78.813	-	68.859
Contas a receber de clientes	7.428	-	7.427	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.919	-	3.228	-
Partes relacionadas (nota 9)	6.350	-	6.837	-

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	2025	2024
Valor contábil		
Aplicações financeiras	78.813	68.859
Contas a receber de clientes	7.428	7.427
(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:		

	2025	2024
Valor contábil		
Fornecedores	1.919	3.228

(iv) **Risco de mercado:** Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024		
Ativo				
Aplicações financeiras	78.813	68.859		
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.				
Em 31 de dezembro de 2025				
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	78.813	Redução do CDI (*)	8.807	5.872
(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.				
Em 31 de dezembro de 2024				
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	68.859	Redução do CDI (*)	6.275	4.183
(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.				

Diretoria	
Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha	
Diretora	
Rui Zhu	
Diretor	
Raffael Ubarana Mohamed	
Contador CRC RJ - 077398/O	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Cristalândia II Eólica S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cristalândia II Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristalândia II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos

controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Almir Eduardo Bertencolo
Contador CRC PR-052082/O



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br

